

OS INTELLECTUAIS E A SUPERACÃO DA CRISE NACIONAL NO INÍCIO DO SÉCULO XX EM PORTUGAL

O PROJETO AGUILISTA (1910-1912)

ELIANA BRITES ROSA*

Resumo: O presente artigo, desenvolvido no âmbito da História Política dos Intelectuais, pretende revisitar o contexto conturbado do início do século XX em Portugal e analisar o papel dos intelectuais na superação da crise nacional. Partindo das teorias produzidas, sobre a ação política intelectuais, por René Remond, Jean-François Sirinelli e Régis Debray, selecionamos como estudo de caso A Águia. Esta revista literária nasceu com a I República, em 1910, e tornou-se numa das mais importantes publicações da primeira metade do século XX.

Palavras-chave: Intelectuais; Crise; A Águia; I República.

Abstract: This article, as a contribution to the Political History of Intellectuals, aims to revisit the troubled context of the early twentieth century in Portugal and analyze the role of intellectuals in overcoming the national crisis. Building on the theories of Rene Remond, Jean-François Sirinelli and Régis Debray, we selected A Águia as a case study. This literary magazine began with the First Republic in 1910 and became one of the most important publications of the first half of the twentieth century.

Keywords: Intellectuals; Crisis; A Águia; First Republic.

1. INTRODUÇÃO

Num momento em que Portugal passa por um contexto conturbado, vivendo uma das mais graves crises das últimas décadas, o tema da crise ganhou destaque na esfera pública, sendo um tema amplamente analisado nos âmbitos mais tradicionais como o da política e o da economia, assim como nos domínios científico, social e cultural. Desde a falência do banco Lehman Brothers nos Estados Unidos nenhum setor da sociedade na Europa, e particularmente em Portugal, está indiferente a esta problemática. Por isso, o termo *crise* está presente no(s) discurso(s) do quotidiano e generalizou-se a todas as camadas sociais. Neste sentido, é possível verificar que existem múltiplas reflexões sobre a crise, versando sobre as causas e os culpados, as características e as possibilidades de superação da crise. A crise que veio de fora, tornou-se numa crise nacional e foi ganhando contornos cada vez mais «portugueses», o que levou a uma (re)avaliação dos elementos que constituem a identidade portuguesa.

O contexto conturbado do início do século XXI afeta indubitavelmente o regime democrático e leva a múltiplas considerações sobre a natureza do regime, o papel dos partidos, a função das elites políticas e partidárias (em geral) e parlamentar (em particular). Por conseguinte, alguns elementos herdados da cultura política republicana vão sendo progressivamente abandonados e/ou adulterados como é o caso mais evidente dos feriados políticos. Por tudo isto, torna-se pertinente (re)visitar o contexto conturbado do

* USC, CITCEM-FLUP. Email: brites.e@gmail.com.

início do século XX, aquando da implantação da República pela Revolução de 5 de Outubro de 1910. Período de sentimento generalizado de decadência, ao qual estava associado a ideia de crise, traçando-se um caminho de busca pelo *novo* e tentativa de abandono do *velho*. Existia um forte desejo de superar a(s) crise(s) que afetava(m) a governação do país e alcançar melhores níveis de desenvolvimento social, económico e cultural. A ideia de superação da crise nacional estava associada ao Republicanismo e era parte integrante da cultura política republicana, portadora de uma visão messiânica prometeica e que detinha a missão de regenerar a pátria, através da demopédia. Portanto, a renovação nacional estava associada à construção de um República e à formação de cidadãos. Neste âmbito os intelectuais desempenham um papel central, porque para além de serem um grupo altamente politizado, detêm o poder da imprensa e da escrita (eram proprietários, editores e escritores assíduos em jornais e revistas) e para além disso, desenvolvem ações cívico-políticas e (a)partidárias no campo cultural.

O nosso estudo, desenvolvido no âmbito da História Política dos Intelectuais, pretende analisar o papel dos homens de letras na superação da crise no advento da I República em Portugal. Trata, portanto, das relações entre os intelectuais, a sociedade e a política, tendo por estudo de caso a projeto aguilista, desde a fundação da revista *A Águia* até a formação da *Renascença Portuguesa*, entre 1910-1912.

2. OS INTELECTUAIS E A POLÍTICA NA EUROPA NOS INÍCIOS DO SÉCULO XX

Todas as sociedades ao longo das várias épocas históricas têm os seus intelectuais. Contudo, é nos finais do século XIX com o *caso Dreyfus* (1894-1906), em França, que se cristaliza a figura do intelectual comprometido na Europa. O intelectual moderno nasce no século XVIII, na Época das Luzes, quando se tenta libertar do poder absoluto da monarquia e da omnipresença da Igreja. A partir daí, enfrenta as instituições tradicionais, conquista o seu próprio lugar e obtém a legitimação da sua função criadora e cívica na sociedade¹.

Por isso, ao longo do século XIX os intelectuais europeus intervêm em assuntos políticos e participam ativamente na esfera pública, pronunciando-se e combatendo por causas políticas e sociais, partir do *campo literário*. Desde então os intelectuais tornaram-se num grupo politizado, sendo até na opinião de Régis Debray «o grupo mais politizado da sociedade»². A ação política dos intelectuais é ampla e diversificada, como sistematizou René Remond, devemos considerar ação política: a participação em campanhas eleitorais, o exercício de um mandato parlamentar, a militância num partido, a elaboração de manifestos e a apreciação pública sobre problemas, homens e questões políticas³. Por isso, o intelectual detém um poder específico, que Norberto Bobbio, designou *poder ideológico*. De acordo com Bobbio o *poder ideológico* dos intelectuais diferencia-se de todos os outros porque atua «sobre as mentes pela produção e transmissão de ideias, de símbolos, de

¹ SIRINELLI, 1998: 45-48; MINC, 2010: 7-8.

² DEBRAY, 1979: 155.

visões do mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra»⁴. Portanto, o poder dos intelectuais está associado essencialmente ao uso da palavra e à construção de discurso(s). Por isso, quando Edgar Morin refletiu sobre o papel dos intelectuais na sociedade contemporânea, considerou que estes desenvolvem uma função dupla e contraditória, na medida em que produzem e criticam simultaneamente mitos e ideologias⁵. Portanto, os intelectuais detêm um poder específico, que coexiste com os outros (como por exemplo: o político, o militar e o económico), mas que é produzido a partir do *campo intelectual* (constituído por vários campos: literário, cultural, artístico e científico/académico). O *campo intelectual*, tornou-se efetivamente um *campo de poder*, (conceitos elaborados por Pierre Bourdieu⁶), com funcionamento interno complexo e tenso (constituído por hierarquias, redes sociais e de poder, conflitos e processos de legitimação) e portador de meios específicos, que estão associados à esfera literária (como por exemplo: revistas, jornais e livros), à esfera cultural e artística (como por exemplo o teatro e a música) e ainda à esfera científica, esta última associada às universidades.

Desde o século XVIII, os homens das letras e os artistas envolvem-se em questões políticas e participam em combates na esfera pública, contudo o *caso Dreyfus* (1894-1906) dá legitimidade aos intelectuais para intervir na sociedade, porque pela primeira vez um combate intelectual torna-se num combate político⁷, inaugurando «le printemps des clercs»⁸.

O *caso Dreyfus* (1894-1906) foi o nome dado à polémica que envolveu o processo de condenação do capitão Alfred Dreyfus, a 22 de dezembro de 1894. O oficial foi acusado de crime de traição pelo tribunal militar por alegadamente ter passado documentos secretos ao adido militar da embaixada alemã. Como consequência, foi-lhe aplicada a pena de expulsão do Exército, seguida de degredo perpétuo. O militar foi defendido pelo seu irmão Mathieu Dreyfus e pelo seu amigo Bernard Lazare. Apesar da defesa de Dreyfus encontrar provas da sua inocência, o Estado-Maior não quis rever o processo e não pôs em causa a decisão do Tribunal e a autoridade do Exército. Se no início o caso tinha contornos de espionagem e traição, com o decorrer do processo judicial tudo se altera. Após algumas investigações levadas a cabo pela defesa, permitiram demonstrar que o capitão era inocente e alguns intelectuais como Lucien Herr, Lucien Lévy-Bruhl, Charles Péguy e os colaboradores da «La Revue Blanche», mobilizaram-se no sentido de ajudar a repor a justiça num processo, que tinha contornos de conspiração contra um homem de origem judaica e, portanto, iniciaram a luta pelo revisionismo do processo⁹. A condenação do militar foi um acontecimento muito importante na afirmação do discurso nacionalista que se vinha a desenvolver desde o início da década de 1870¹⁰. Para além disso, o

3 RÉMOND, 1959: 860.

4 BOBBIO, 1996: 11.

5 MORIN, 1981: 242.

6 BOURDIEU, 2002.

7 CHARLE, 2001: 308-310.

8 SIRINELLI, 1998: 43-57.

9 WINOCK, 1996: 371.

10 ANDRADE, 1999: 24.

caso Dreyfus tem consequências políticas a nível governamental, gerando uma das maiores crises que afetaram o regime republicano e ditou o fim da «República dos Moderados» e o início do tempo da «República radical»¹¹.

Para além das implicações diretas que este acontecimento teve em França, teve também eco por toda a Europa e até mesmo no mundo. Por isso, torna-se num caso emblemático, porque introduz e a generaliza o conceito *intelectual* na sociedade contemporânea europeia e ocidental; altera de forma indelével o estatuto dos *homens das letras*, dos artistas e dos cientistas, concedendo-lhes prestígio na esfera pública e legitimidade para se pronunciar (individualmente ou em grupo) na defesa dos interesses dos cidadãos; o intelectual assume um papel político a partir do campo cultural ou, se quisermos, apropria-se da responsabilidade/missão de intervir em assuntos políticos e sociais, o que até a esse momento estava reservado ao poder político. Para além disso, este acontecimento inaugura uma nova forma de fazer política, sem partidos, sem eleições, sem parlamentos. O início do século XX assiste à consolidação do *campo intelectual*, apoiada pelo papel da imprensa e da literatura na sociedade que estava em mudança. Tal como referiu Virgínia Wolf no início do século XX o «caráter humano mudou», segundo a escritora britânica, «Houve uma mudança em todas as relações humanas – entre patrões e criados, maridos e mulheres, pais e filhos. E quando se modificam as relações humanas, ocorre a mudança na religião, na conduta, na política e na literatura»¹². De facto, progressivamente a sociedade europeia rompe com o passado histórico e abandona as tradicionais estruturas sociais, políticas, económicas e religiosas. Desde finais do século XIX, inaugura-se uma nova fase na história da Europa, constituída pelo progresso económico e industrial, a revolução nas comunicações, o crescimento demográfico, a democratização do acesso aos vários níveis de ensino, a hegemonia dos valores burgueses, republicanos e liberais. Não se deve ignorar a emergência de novas ideias filosóficas e doutrinas políticas que viriam a influenciar o pensamento europeu e a ter repercussões no campo político ao longo de todo o século XX. Com tudo isto alteraram-se os estilos de vida e ocorrem consequentes modificações nos hábitos e gostos culturais. A ciência desempenhou um papel fundamental nas melhorias das condições de vida das populações e revelou um interesse crescente nas questões sociais, que muitas vezes se cruzavam com a esfera do poder político. Por toda a Europa assistia-se a um clima de mudança e de progresso e portanto, o *caso Dreyfus*, espelha o contexto em ebulição da época e cristaliza a figura do intelectual como um novo elemento político, que se debate por questões cívicas, que surge como um missionário, que comportando conhecimentos especiais, assumiu a responsabilidade de intervir na esfera pública em defesa de valores universais, que estariam acima dos interesses políticos e partidários. Por conseguinte, o intelectual posicionou-se acima dos jogos políticos, o que naturalmente teve impacto no campo político e teve repercussões na forma de fazer política.

Em Portugal, o *caso Dreyfus* teve repercussões junto dos movimentos republicano e socialista, que se identificaram com os valores proclamados pelos *Dreyfursards*, assim

¹¹ BERSTEN, 1997: 344.

¹² WOOLF, 1985: 65.

como com a luta empreendida em defesa desses valores, associados à justiça, à liberdade e à democracia. Por isso, manifestaram-se na imprensa e escreveram livros demonstrando solidariedade com os acontecimentos em França¹³. Os intelectuais portugueses, à semelhança do que acontecia na Europa, envolvem-se em questões políticas e por isso eram atores políticos ativos, debatiam-se em torno de questões ideológicas determinantes na governação do país¹⁴. A ação dos intelectuais portugueses acentua-se com o início do republicanismo em 1848, tendo como o seu auge com a Geração de 70, cujo líder carismático Antero de Quental (1843-1881), desenvolveu uma vasta ação no âmbito académico e cultural, destacando-se as *Conferências do Casino*, que pretendia «abrir uma tribuna onde tenham voz as ideias e os trabalhos que caracterizam este movimento do século, preocupando-os sobretudo com a transformação social, moral e política dos povos»¹⁵. Anos mais tarde, em 1890, ocorre o Ultimato inglês, que foi um dos mais importantes acontecimentos políticos dos finais do século e que agravou o descontentamento com a monarquia constitucional. A questão diplomática intensificou o apoio ao republicanismo e gerou um forte movimento patriótico contra a Inglaterra e, conseqüentemente, levou à sublevação popular contra o Rei D. Carlos e o Governo. As manifestações de indignação estenderam-se à imprensa, ao meio académico (professores e alunos) e aos intelectuais. Ficando para sempre associados os versos de Guerra Junqueiro (1850-1923), de Gomes Leal (1848-1921) e a prosa de Fialho de Almeida (1857-1911). Neste contexto de crise política e diplomática aprofunda-se a sensibilidade depressiva, devido ao agravamento dos sintomas da crise económica e financeira. Para superar a crise nacional fundase, na cidade do Porto, a Liga Patriótica do Norte, grupo de intelectuais e militares, onde se destacou a presença de Antero, Sampaio Bruno (1857-1915), Basílio Teles (1856-1923), entre outras figuras da cultura de prestígio da época. A mesma cidade foi palco da malograda Revolução do 31 de janeiro de 1891, que tentou derrubar a Monarquia Constitucional e implantar a Republica.

Os movimentos intelectuais mais importantes do século XIX e as ações políticas a eles associadas viriam a influenciar a criação da revista literária portuense *A Águia* em 1910, aquando da implantação da Republica, contexto de renovadas esperanças e de elaboração de projetos regeneradores.

3. A ÁGUIA (1910-1912): DE REVISTA LITERÁRIA A MOVIMENTO CULTURAL NO DEALBAR DA I REPÚBLICA EM PORTUGAL

No início do século XX as revistas literárias desempenharam um papel importante na ação dos intelectuais na esfera pública, permitindo agir a partir do *campo literário*, à margem dos partidos (embora alguns intelectuais desenvolvessem atividade partidária) e do aparelho de Estado. Portanto, a partir do seu *campo de poder*, propagam ideias, lançam

¹³ MACHADO, 1999: 19.

¹⁴ RAMOS, 1992: 483-528.

¹⁵ JÚNIOR, 1930: 20.

críticas sobre vários aspetos da governação e apontam alternativas. Demonstrando de forma efetiva o poder da escrita e o poder da imprensa na época. Muitas revistas constituíram uma tribuna para contestação e, simultaneamente, para a promoção de (novas) ideias, sendo um meio privilegiado para a apresentação de novas formas de interpretar o mundo, e por conseguinte, foram um instrumento para agir sobre ele.

As revistas desempenharam um papel específico, especialmente as revistas literárias, e se as compararmos com os jornais podemos ver que existem muitas diferenças entre estes dois tipos de publicações periódicas. As revistas, de uma maneira geral, faziam muitas vezes eco das notícias dos jornais, por ser uma publicação mais tardia, e portanto menos imediata, e como tal menos mediática, mas nem por isso menos importante. As revistas são menos efémeras do que os jornais e têm uma função aglutinadora, pois são capazes de reunir vários colaboradores em torno de objetivos comuns, ideias e doutrinas. As revistas na época representavam frequentemente grupos, sendo portanto, porta-vozes de movimentos culturais, políticos e cívicos, até porque nasciam em momentos de crise, em ocasiões específicas, e como resposta a acontecimentos concretos. Como tal, as revistas eram um meio privilegiado pelos intelectuais para se expressarem, para comunicarem com o seu público, e onde imprimiam as suas reflexões e críticas, sendo um palco singular para ação cultural e política dos homens das letras e dos artistas dos inícios do século XX. De acordo com José Augusto Seabra, as revistas

são um dos meios privilegiados de intervenção e mobilização ideológica, literária ou estética, catalisando correntes, tendências consensuais ou polémicas em confronto, num contexto de estabilidade ou de crise, e contribuindo por vezes decisivamente para as grandes viragens do poder¹⁶.

A *Águia* (1910-1932), revista literária portuense, não contribuiu para uma viragem do poder em Portugal, mas nasceu com a missão cultural de ajudar a implementar o novo regime republicano. O projeto aguilista foi criado por um grupo de jovens, no alvorecer da República, vindo a tornar-se numa das principais publicações culturais das primeiras décadas do século XX e abriu uma nova fase no âmbito das revistas literárias. Numa reflexão sobre o contexto cultural dessa época, Nuno Júdice, referiu:

O fenómeno de publicação de revistas literárias com uma coerência estética, filosófica e, por vezes política tem início logo a seguir à proclamação da República. A mais conseguida é A Águia¹⁷.

Muito provavelmente essa «coerência» adveio das raízes históricas no contexto literário e político da cidade do Porto do século XIX e pelos nomes que se associaram ao projeto editorial desde o seu início, tendo passado pela direção: Teixeira de Pacoaes, António Carneiro, José de Magalhães, Leonardo Coimbra, Hernâni Cidade, Teixeira Rego,

¹⁶ SEABRA, 2003: 19-20.

¹⁷ JÚDICE, 1990: 256.

Sant'Anna Dionísio, Delfim Santos e Aarão de Lacerda. Também é importante referir que *A Águia* desenvolveu um trabalho importante na divulgação de textos inéditos de grandes figuras da literatura portuguesa oitocentista e pela colaboração, a partir da 2.^a série, de correspondentes no estrangeiro como Philéas Lebesgue, Unamuno, Ribero y Rovira, Almáquio Dinis, Costa Macedo, Álvaro Pinto e Armando Tâmega¹⁸.

A receção da revista portuense não terá sido a melhor no *campo literário* em 1910¹⁹. Contudo, Álvaro Pinto, com a colaboração de Manuel Laranjeira, Leonardo Coimbra, Jaime Cortesão, Raul Proença, Teixeira de Pascoaes e Augusto Casimiro, publica o primeiro número nos momentos iniciais da implantação da República, a 1 de dezembro de 1910. Se no início recebeu críticas, aliás como alguns dos seus membros o já tinham experimentado no projeto anterior *Nova Silva* (1907)²⁰, viriam a receber novamente críticas negativas em 1912, quando *A Águia* se torna o órgão oficial do movimento cultural *Renascença Portuguesa*.

No número inaugural da II.^a Série da revista (publicado em janeiro de 1912), Teixeira de Pascoaes, inspirado pela nova fase política, apresenta o programa do movimento, escrevendo:

O fim da revista como órgão «Renascença Portuguesa» será, portanto, dar um sentido às energias intelectuais que a nossa raça possui, isto é colocá-las em condições de se tornarem fecundas, de poderem realizar o ideal que, neste momento histórico, abraça todas as almas sinceramente portuguesas: – criar o novo Portugal, ou melhor, ressuscitar a Pátria Portuguesa, arrancá-la do túmulo onde a sepultaram alguns séculos de escuridade física e moral em que os corpos definharam e as almas amorteceram.

Por isso, a Sociedade a que me referi, se intitula «Renascença Portuguesa». Mas não imagine o leitor que a palavra Renascença significa simples regresso ao Passado. Não! Renascer é regressar às fontes originárias da vida, mas para criar uma vida nova²¹.

Para além disso, *A Renascença Portuguesa*, de acordo com os seus estatutos, pretendia «promover a maior cultura do povo português, por meio da conferência, do manifesto, da revista, do livro, da biblioteca, da escola, etc.»²², portanto, com isto visava renovar, ou fazer renascer o país, sobretudo a nível das mentalidades e criar uma consciência cívica, ajudando a formar cidadãos. Os intelectuais inspirados pelos princípios republicanos de crença absoluta e otimista do poder da instrução e da cultura defendiam a criação de um novo homem, libertando da sua animalidade e sublimando a condição humana.

¹⁸ PEREIRA, 1995: 87.

¹⁹ No primeiro número consta uma nota «Os “génios”» com o seguinte conteúdo «A Águia andava no choco e já lhe anunciavam a cor das penas, a força das garras, a tesura do bico. Seria, quando muito, ... galinha.», in *A ÁGUIA*, n.º 1, 1910: 16.

²⁰ *A Nova Silva*, uma revista literária, de pendor anarquista e doutrinação libertária, criada na crise académica durante a Ditadura de João Franco, foi dirigida por Leonardo Coimbra, Álvaro Ribeiro, Jaime Cortesão e Cláudio Basto. Todos eles, com exceção do último nomeado, participaram revista *A Águia*.

²¹ *A ÁGUIA*, n.º 1, 1912: 1.

²² *A VIDA PORTUGUESA. QUINZENÁRIO DE INQUÉRITO À VIDA NACIONAL*, n.º 1, 1912: 1.

Este projeto cultural, de cariz cívico e político, foi objeto de reflexão no *Inquérito Literário*, realizado por Boavida Portugal e dirigido aos intelectuais portugueses em 1912 (publicado em livro em 1915), sobre a vida literária portuguesa. Nesse documento encontram-se várias opiniões que depreciam claramente o projeto aguilista como foi o caso de Júlio de Matos e de Gomes Leal. O primeiro, Júlio de Matos, desvaloriza e afirma:

*A Águia, que se diz órgão de uma renascença portuguesa... – Sim, existe. São rapazes, não é verdade? Mas tudo aquilo é ordinário. (...). Todos esses rapazes cantam tristezas, magoas que eles próprios criam; mas isso não é modo de renascer*²³.

Assim como o segundo, o poeta Gomes Leal, que comenta o papel d' *A Águia* e as principais ideias preconizadas:

*Ela é, quando muito órgão de uma roda de rapazes [...]. É lá possível renascer pela saudade, que é uma ideia regressiva! [...] Só uma evolução, que o tempo trará pode fazer o renascimento da nossa literatura*²⁴.

Apesar das críticas apontadas à teoria de *renascença nacional*, e ao projecto de superação da crise, sustentada na ideia de *Saudade* preconizada por Pascoaes, o projeto editorial aguilista (constituído por 5 séries²⁵) teve uma longa existência. *A Águia* ultrapassou várias adversidades durante o percurso atribulado da I República (assistiu à formação de 45 governos), terminando a sua atividade em 1932, nos finais da Ditadura Militar (1926-1933). Na última fase da revista, surgem outros projetos culturais a ela associados como a efémera revista *Princípio: Publicação de Cultura e Política* (1930), dirigida pelos jovens Álvaro Ribeiro, Casais Monteiro e Maia Pinto, e a *Portucale: Revista Ilustrada de Cultura, Literária, Científica e Artística* (1928-1955), fundada por Augusto Martins, Cláudio Basto e Pedro Vitorino. Estas iniciativas, no campo literário portuense, demonstram a ação (política e cultural) dos intelectuais em momentos particularmente difíceis e atesta a iniciativa de superar a crise que afetava o seu tempo.

O desfecho d' *A Águia*, ocorre em simultâneo com o declínio da I República, e o fim da sua edição estará relacionado com a chegada dos militares ao poder, em 1926, pelo Golpe de 28 de maio. A nova fase política estabelece um regime de tipo autoritário, a partir do qual se lançaram os principais pilares políticos e institucionais do Estado Novo (1933-1974). A Ditadura Militar, desde os primeiros momentos, criou condições adversas à produção cultural no país e, em especial na cidade do Porto. A 22 de junho de 1926, foi estabelecida a censura prévia na imprensa em Portugal (medida que prevaleceu até ao 25 de Abril de 1974) e no ano letivo de 1931-1932 foi encerrada a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, instituição com que *A Águia* tinha uma forte relação, tal como referiu Pinharanda Gomes:

²³ PORTUGAL, 1915: 17-18.

²⁴ PORTUGAL, 1915: 42-53.

²⁵ SAMUEL, 1990: 245.

A criação da Faculdade de Letras do Porto (1919) ampliou o raio de influência renascentista, assim como se a revista fosse uma aula pública e a Faculdade uma aula de escola, como era de seu caráter. Tanto numa como noutra se propôs uma metamorfose ao espírito principal: elevar o criador animal a criatura espiritual²⁶.

A extinção da Faculdade de Letras do Porto marca a decadência da atividade científica e cultural na cidade. Leonardo Coimbra, uma das principais figuras dessa instituição, assim como da *Renascença Portuguesa*, regressa ao ensino liceal e os seus alunos dispersam-se, buscando colocação profissional noutras cidades.

A *Águia* e os projetos culturais associados demonstram a atividade cívica e cultural desenvolvida na cidade do Porto, simbolizando o espírito combativo dos intelectuais, na superação da crise nacional, no início do século XX em Portugal.

4. O PROJETO AGUILISTA E A SUPERAÇÃO DA CRISE NACIONAL NO ADVENTO DA I REPÚBLICA (1910-1912)

O 5 de Outubro de 1910 abre uma nova fase política em Portugal, guiada por ideais republicanos, sob a regência do 1.º Governo Provisório, chefiado por Teófilo Braga (PRP-Partido Republicano Português). Como tal, implementam-se medidas inéditas, radicais e significativas, com o objetivo de promover uma rutura imediata com as estruturas políticas e sociais da monarquia e construir a terceira República na Europa (depois da França e da Suíça o terem feito). Por isso, logo após a revolução republicana dá-se a expulsão das Ordens Religiosas a 8 de outubro, a 10 de outubro é revogada a lei opressiva da liberdade de imprensa de 11 de abril de 1907, é criada a Guarda Nacional Republicana a 12 de outubro. Poucos dias depois, a 18 de outubro, são abolidos os títulos de nobreza, assim como também é revogado o ensino religioso nas escolas a 22 de outubro. A 3 de novembro aprova-se o divórcio e a 1 de dezembro (data politicamente simbólica) a República Portuguesa publica a sua bandeira, verde-rubra (defendida por Teófilo Braga). Nesse mesmo dia é publicado o primeiro número da revista *A Águia: Revista quinzenal de literatura e crítica*, apelando à participação de todos no projeto aguilista, que detenham «jeito e arte»²⁷, proclamando a libertação da «imbecilidade» e da «estupidez»²⁸ e declarando:

A Águia, sobranceira e ativa, deixa, por instantes, os solitários píncaros da montanha. Soltando gritos heroicos de superioridade, alarga as asas no gesto impetuoso do arranjo e já devora os ares, com fervor de vida e luta²⁹.

O nascimento d’*A Águia* no alvor da República, revela a intenção dos seus mentores colaborarem ativamente no contexto de mudança que despontava, trazendo a oportuni-

²⁶ PINHARANDA, 2011: 28.

²⁷ A ÁGUIA, n.º 1, 1910: 16.

²⁸ A ÁGUIA, n.º 1, 1910: 16.

²⁹ A ÁGUIA, n.º 1, 1910: 16.

dade de construir uma nova pátria, regenerada, capaz de superar a longa crise nacional. Deve ser tida em conta a atividade cívica e política de alguns dos seus membros como Álvaro Pinto, Jaime Cortesão e Leonardo, nos anos que antecederam a implantação da República, como a participação em manifestações públicas e em revistas de oposição ao regime monárquico (defendendo ideias anarquistas e libertários) como a *Nova Silva* (1907), *Azorrague* (1908), *Can Can* (1908) e *Ilustração Popular* (1908-1909).

A *Águia* surge como uma revista literária, sem filiações partidárias, onde a poesia e a literatura ocupam um papel central, contudo as questões políticas e sociais estão presentes. Por isso, em 1912, torna-se no órgão oficial da *Renascença Portuguesa*, declarando a missão da regeneração da sociedade pela cultura, estando «sob o signo da “Reconstrução Nacional”»³⁰ do projeto republicano. Esta missão, que se revelou utópica, foi assumida pelos seus mentores e colaboradores como uma missão patriótica, e reafirmada ao longo do regime republicano, manifestando-se em momentos de crise, como por exemplo na I Guerra Mundial e nos anos subsequentes.

Em 1916, quando Portugal intervém ao lado dos Aliados no conflito, a *Renascença Portuguesa* reafirma o seu posicionamento patriótico e o apoio ao regime republicano, através da pena de Teixeira de Pascoaes:

A atitude da Águia, como órgão da «Renascença Portuguesa», sociedade de exclusivos fins patrióticos, tem de ser fatalmente favorável à nossa beligerância. Se os que provocam uma guerra injusta ou desnecessária, são os maiores criminosos do mundo, não é criminoso defender uma guerra defensora da nossa Pátria e libertadora dos outros Povos»³¹.

No momento de profunda crise do pós-guerra, em 1922, quando Leonardo Coimbra assume a direção da revista, escreve no editorial:

O que pretendemos agora é o que pretendíamos no princípio: o pensamento é o mesmo. As condições mudaram e esse mesmo, pensamento terá de aplicar-se dentro das novas condições, que a hora impõe. (...).

Teremos de servir a Pátria com o enternecido carinho de filhos conscientes, que sabem a profundidade e a grandeza do amor filial; teremos de servir a República com a consciência de democratas que sabem o valor e o significado da Democracia e não querem uma República simples formalismo político, sem conteúdo social de melhor justiça, mais heroica fraternidade, mais lúcida compreensão e esforço de progresso no bem. (...).

Por esta razão a Águia mais que nunca será aberta a todos os novos escritores em cuja alma vive em seriedade, e humanamente, a alma do seu povo. (...).

Revista na essência de ciência, filosofia e arte, não deixará a Águia de ser, a seu modo, um órgão político, atuando no sentido de procurar soluções à crise nacional (...)³²

³⁰ TORGAL et al., 1991: 249.

³¹ A *ÁGUIA*, n.º 52, 53 e 54, 1916: 111.

³² A *ÁGUIA*, n.º 1, 1922: 5-8.

A crise nacional de que fala Leonardo não resultava somente da participação na guerra, e da instabilidade governativa da I República, mas tem a suas raízes no período de transição do século XIX para o século XX, contexto de fortes lutas políticas, contendas ideológicas e tentativas de superação de crise social, económica e financeira. Tal como hoje, vivia-se em *crise* e numa perceção coletiva de *decadência*, buscando soluções novas, para velhos problemas, como a instabilidade governativa, a corrupção administrativa, o caciquismo eleitoral e o *deficit* das contas públicas. Como foi referido anteriormente, o Ultimato Inglês (1890) agravou ainda mais a situação, o que levou à revolta (fracassada) do 31 de janeiro na cidade do Porto. As dificuldades governativas, que revelavam «a crise do liberalismo oligárquico»³³ levaram à nomeação de João Franco como chefe do governo dando início a um governo ditatorial (1906-1908), cuja fase final ficou marcada pelo regicídio, a 1 de fevereiro de 1908. Este acontecimento que reforçou a repressão no seio da ditadura e o agravamento às perseguições de várias chefes republicanos como António José de Almeida e Afonso Costa. Neste contexto, o movimento republicano expandiu-se e angariou cada vez mais simpatizantes. A maior parte da população portuguesa vivia do setor primário e da agricultura e cujo setor industrial ainda era pouco desenvolvido e dependente dos mercados externos, não só para escoar a produção, mas também para adquirir matérias-primas e maquinaria. A dívida pública era elevada e a população tinha baixos níveis de vida, marcados pela pobreza e pelo analfabetismo. Por isso, a educação era um dos temas centrais do republicanismo, assim como dos intelectuais que passaram pel' *Águia* e pela *Renascença Portuguesa*. Do ponto de vista cultural, desde finais do século XIX, apesar das influências europeias e das ideias republicanas, socialistas e positivistas, começava a evidenciar-se um certo sentimento de desencanto com as instituições e generaliza-se o *decadentismo* como emoção e como corrente literária, que influenciará a construção do *Saudosismo*, desenvolvido por Pascoaes, um dos principais ideólogos da *Renascença Portuguesa*.

O republicanismo que vinha em marcha (sendo o Partido Republicano Português fundado em 1875) tinha o propósito e regenerar a pátria, pela libertação da corrupção e do compadrio. Portanto, defendia profundas alterações, tanto na sociedade, como na esfera política. Neste sentido, a República era vista como uma forma de superar a crise nacional, de trazer o progresso social e cultural e, acima de tudo, promover a elevação moral do país. Aliás, a República era concebida como um paradigma ético e moral, e por conseguinte era considerada o regime político ideal³⁴. Leonardo Coimbra numa entrevista ao *Mundo*, a 18 de agosto de 1912, diz:

*A Renascença Portuguesa deseja dar uma finalidade à vida nacional. Temos vivido na embriaguez do combate à desonestidade administrativa e todo o esforço moral se tem afirmado nesse sentido*³⁵.

³³ ROSAS & ROLLO, 2010: 15-16.

³⁴ TORRALBA, 2010: 11-44.

³⁵ A VIDA PORTUGUESA, n.º 8, 1913: 62.

A I.ª Série da revista (1-12-1910 a julho de 1911) foi constituída por 10 números e representa a primeira fase do projeto aguilista. O primeiro número é importante para conhecer o projeto editorial. Geralmente nesse número apresentam-se os fundadores, os objetivos e a missão, fundamentam a iniciativa, situando devidamente a revista no contexto histórico. Os intelectuais que criam uma revista acreditam que trazem algo de novo para o *campo intelectual*, assim como para a sociedade, e neste sentido acreditam que vem suprimir lacunas e trazer novidade, sendo portanto, um contributo. O primeiro número da revista *A Águia* demonstrou preocupações com questões culturais, lançando um inquérito «l'art est-il social? S'il ne l'est, en son essence, doit-il ou peut-il être?» e criticando a pouca qualidade das peças de teatro em Portugal, sendo que no campo do entretenimento cultural, para além da vasta literatura de divulgação, o teatro era a principal arte de espetáculo. Talvez, por isso, se pronunciem sobre o assunto e defendam que «a geração nova tem a íntima obrigação moral de procurar essas coisas»³⁶. Para além destas questões, publicou-se na revista um artigo intitulado «O músico Eitor Berlioz» (dentro da Rubrica «Os Grande Mortos») assinado por João da Silva Figueiredo e apresentou-se uma notícia sobre «Exposições de Arte». Sendo uma revista literária publica poemas de vários autores: Júlio Brandão, Afonso Duarte, Maria de Castro (que poderá ser o pseudónimo de Augusto Casimiro), Augusto Casimiro e José Augusto da Castro. A importância da poesia no projeto aguilista evidencia-se também no texto profusamente lírico de Raul Proença, que escreve «Carta Perdida». Sobre o valor do poeta e o papel da poesia nos inícios do século XX, Jaime Cortesão escreve o texto «O Poeta», no qual afirma:

O homem é o prisioneiro dos seus sentidos, e o Poeta é o que, rompendo esse cárcere para logo caminhar liberto. (...) Ser poeta é libertar todas as Alma, (...)»³⁷

Para além das questões culturais e dos poemas que predominam nas páginas d' *A Águia*, entre 1910 e 1911, os colaboradores da revista também refletem sobre questões políticas, sociais e económicas, que estavam associadas ao momento que atravessavam, como: a escolha da bandeira nacional, a questão religiosa, os dirigentes políticos, a educação, o ensino, as condições de vida da sociedade portuguesa, a ruralidade e a agricultura.

A escolha da bandeira foi um tema que gerou polémica entre os republicanos, *A Águia* acompanhou o tema e publicou opiniões de artistas portuenses sobre essa questão, onde revelam os seus pareceres sobre o modelo apresentado (constituído pelas cores vermelha e verde), que viria a ser adotado pelo Governo. Contudo, a maioria dos artistas inquiridos, defendia a manutenção da bandeira azul e branca, tal como preconizava Guerra Junqueiro³⁸. Contudo, a bandeira da República foi publicada a 1 de dezembro, segundo o modelo de Columbano Bordalo Pinheiro.

Outra questão de grande importância foi a questão religiosa, que também foi tratada nas páginas d' *A Águia*. Num artigo «As “crenças” religiosas», revelou uma postura

³⁶ A ÁGUIA, n.º 1, 1910: 16.

³⁷ A ÁGUIA, n.º 1, 1910: 4.

³⁸ A ÁGUIA, n.º 1, 1910: 14-15.

crítica sobre a religiosidade em Portugal, no qual se disse: «Mas, eram crenças ou crendices? Ou era apenas a inércia da imbecilidade duns e a luxúria interesseira doutros?»³⁹. Este texto poderá ter sido escrito por Álvaro Pinto, tendo em conta que demonstra o mesmo sentido crítico e sentimento antirreligioso demonstrado por este autor na *Nova Silva* (1907). Também Januário Leite escreve um artigo, intitulado «Em Marcha», comentando a separação entre o poder religioso e o poder político e reflete sobre a perda de poder da Igreja Católica na sociedade portuguesa, fator, que segundo o autor, iria permitir a modernização do país:

O seu poderio d'outras era passou. O homem avança incessantemente, disputando o espaço dos deuses. Nada o detém na sua ânsia libertadora. Nenhuma força lhe pode mais domar a insubmissa audácia, diante da qual o passado se desmorona. (...)

*É mister e urgente, pois, empreender uma renovação completa da nossa maneira de ser moral e social, apagando o mais possível os viciosos efeitos da obra de corrupção e de embrutecimento que, sob auspícios superiores do Estado, o catolicismo romano, na estrutura da nossa nacionalidade, fundamente venceu*⁴⁰.

Manuel Laranjeira, no primeiro número d' *A Águia*, publica um artigo intitulado «Os Homens Superiores Na Seleção Social»⁴¹, no qual discorre sobre o papel e o valor dos intelectuais e dos artistas na direção da sociedade portuguesa, esta reflexão terá sido inspirada na teoria de Darwin:

Como em todas as espécies, o sentido da evolução é esboçado por alguns tipos isolados mais aptos, mais perfeitos. Na espécie humana esses tipos são representados pelos homens superiores.

Nesse texto o poeta e médico elogiou a capacidade intelectual e dirigente dos membros das elites culturais e desvaloriza «a opinião das maiorias».

Leonardo Coimbra escreve «Sobre educação» e sobre o mesmo tema, Januário Leite publica «A Escola e a República». As problemáticas da Educação, do ensino e da cultura foram centrais no Republicanismo e ao longo da I República deram lugar a fortes debates políticos e intelectuais. O analfabetismo era considerado um entrave ao desenvolvimento da sociedade e à difusão dos valores republicanos, que eram associados ao progresso e à modernização do país. Para além do analfabetismo, existia outra questão que ocupou os republicanos, a ruralidade, na qual a maioria da população estava inserida. Teixeira de Pascoaes, nascido no mundo rural, escreve «Justiça Social – Os Lavradores Caseiros», onde dá sua opinião sobre a pobreza e as dificuldades da população rural. Sobre o mesmo assunto, Jaime Cortesão escreve «Os engenhos da morte»⁴², denunciando as condições sociais degradantes, centrando-se no universo familiar.

³⁹ A ÁGUA, n.º 1, 1910: 16.

⁴⁰ A ÁGUA, n.º 9, 1911: 19.

⁴¹ A ÁGUA, n.º 1, 1910: 1-2.

⁴² A ÁGUA, n.º 4, 1911: 3-5.

Sobre as questões sociais Ângelo Vaz, escreve dois apelativos artigos: «As crianças e a República»⁴³ e «Duas Leis da República», no qual reflete sobre a necessidade de melhor as condições profissionais das professoras primárias (apoio à maternidade) e o apoio assistencial às crianças «moralmente abandonadas»⁴⁴.

Em janeiro de 1912, é lançada a II Série, abrindo uma nova, e importante, fase da revista, tornando-se desde então no órgão oficial da *Renascença Portuguesa*, e ganha uma nova designação – «Revista mensal de Literatura, Arte, Ciência, Filosofia e Crítica Social» – tendo como diretores Teixeira de Pascoaes (diretor literário), António Carneiro (diretor artístico) e José de Magalhães (diretor científico). Álvaro Pinto assume os cargos de secretário de redação, editor e administrador. Para além disso, a revista ganha um carácter internacional e tem como correspondentes, em Paris, Philéas Lebesgue e, em Salamanca, Miguel de Unamuno.

Para além disso, é apresentada a «Biblioteca de A RENASCENÇA PORTUGUESA», onde apresenta *A evocação da vida* de Augusto Casimiro, os textos de Teixeira de Pascoaes *Regresso ao Paraíso* e *O Espírito Lusitano ou o Saudosismo* e os trabalhos de Jaime Cortesão *Esta História é para Anjos* e *A Sinfonia da Tarde*. A *Renascença Portuguesa* desempenhou um papel relevante no universo editorial durante a I República.

Nas primeiras páginas d' *A Águia*, de janeiro de 1912, Teixeira de Pascoaes, publicou o texto «Renascença», no qual refletiu sobre a crise em que o país estava mergulhado e apresenta a proposta para a superar:

Neste momento genésico e caótico da nossa Pátria, é necessário que todas as forças reconstitutivas se organizem e trabalhem, para que ela atinja rapidamente a sonhada e desejada harmonia. (...)

É preciso, portanto, chamar a nossa Raça desperta á sua própria realidade essencial, ao sentido da sua própria vida, para que ela saiba quem é e o que deseja. E então pudera realizar a sua obra de perfeição social, de amor e de justiça e pudera gritar entre os Povos: Renasci! (...)

É nesse lugar altíssimo, que é para nós, n'este momento, a vida da Nacionalidade, devemos dar uns aos outros as mãos amigas e caminhar juntos para a realização do sonho redentor que ilumina as almas sinceramente portuguesas: a criação de um novo Portugal, dentro do seu carácter, das suas qualidades íntimas e originais que lhe deem relevo e destaque, fisionomia própria entre os outros Povos»⁴⁵.

O projeto aguilista foi um encontro de intelectuais provindos de diferentes quadrantes político-ideológicos, que apoiavam os ideais republicanos, pretendiam contribuir para a implantação da República, através da formação de cidadãos e regeneração de toda a sociedade, através do ensino, da cultura e da arte. Esta iniciativa continha a vontade de superar a crise nacional herdada do século XIX.

⁴³ A ÁGUIA, n.º 2, 1911: 14-16.

⁴⁴ A ÁGUIA, n.º 5, 1911: 10.

⁴⁵ A ÁGUIA, n.º 1, 1912: 1-3.

5. CONCLUSÕES

O presente artigo, pretendeu revisitar o contexto conturbado do início do século XX e analisar o papel dos intelectuais na superação da crise no advento da I República em Portugal. Com a Revolução de 5 de Outubro, nasce na cidade do Porto, a revista *A Águia*, que a partir de 1912 se tornou o órgão oficial do movimento cultural *Renascença Portuguesa*. Embora esta publicação periódica não tivesse uma ligação direta com o poder político-partidário, nasce com a República e apesar de ser uma revista literária, não deixa de tratar nas suas páginas dos principais problemas sociais, económicos e políticos que condicionavam o desenvolvimento do país. Os intelectuais que se reuniram em torno do projeto aguilista não só comentaram os principais temas da atualidade, como também apresentaram propostas para superar a crise nacional, que era considerada estrutural e que segundo os aguilistas, seria superada pela ação dos «Homens Superiores» (Manuel Laranjeira) e dos poetas (Jaime Cortesão); pela resolução de problemas na educação e implementação de reformas no ensino (Leonardo Coimbra e Januário Leite); a resolução da questão religiosa (Álvaro Pinto e Januário Leite), e a prestação de apoio à população rural e à agricultura (Guerra Junqueiro e Jaime Cortesão). Em janeiro de 1912, quando a *Renascença Portuguesa* inicia a sua longa jornada ao lado da República, Teixeira de Pascoaes apela à organização, ao trabalho e à união dos portugueses para se ultrapassar as dificuldades que país vivia.

Nota: Este artigo foi escrito segundo o novo acordo ortográfico.

FONTES IMPRESSAS

JÚNIOR, António Salgado (1930) – *Historia das Conferências do Casino*. Lisboa.
 PORTUGAL, Boaventura (1915) – *Inquérito literário*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

A Águia, 1910-1932.
A Vida Portuguesa, 1912-1915.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Luís Crespo de (1999) – *O Substantivo «Intelectuais»*. «Cadernos de Cultura – Dreyfus e a Responsabilidade intelectual». Lisboa: FCSH-UNL, vol. 2, p. 23-41.
 BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre (1997) – *História do Século XIX*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
 BOBBIO, Norberto (1996) – *Os Intelectuais e o Poder*. São Paulo: Editora UNESP.
 BOURDIEU, Pierre (2002) – *Campo de Poder, campo Intelectual. Itinerário de un concepto*. [S. l.]: Editorial Montessor.
 CHARLE, Christophe (2001) – *Les intellectuels en Europe au XIXe siècle. Essai d'Histoire Comparée*. Paris: Éditions du Seuil.
 DEBRAY, Régis (1979) – *Le Pouvoir Intellectuel en France*. [Paris]: Ramsay.

- JÚDICE, Nuno (1990) – *As Vanguardas Literárias*. In REIS, António – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, vol. III, p. 253-262.
- MACHADO, Adelaide Viera (1999) – *O caso Zola-Dreyfus e os intelectuais europeus na viragem do século*. «Cadernos de Cultura – Dreyfus e a Responsabilidade Intelectual». Lisboa: FCSH-UNL, vol. 2, p. 13-22.
- MINC, Alain (2010) – *Une Histoire Politique des Intellectuels*. Paris: Grasset & Fasquelle.
- MORIN, Edgar (1981) – *Pour sortir du XXe Siècle*. Paris: Éditions Fernand Nathan.
- PINHARANDA, Gomes (2011) – *A Filosofia n' A Águia e na Renascença Portuguesa*. In PINHO, Arnaldo; NATÁRIO, Celeste, coord. – *A Águia e a Renascença Portuguesa no Contexto da República*. Porto: Universidade do Porto/Universidade Católica, p. 27-32.
- PEREIRA, J. C. Seabra (1995) – *Águia (A)*. «Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas da Língua Portuguesa». Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, vol. 1, p. 87.
- RAMOS, Rui (1992) – *A formação da intelligentsia portuguesa (1860-1880)*. «Análise Social», vol. XXVII (116-117). Lisboa: ICS, p. 483-528.
- REMOND, René (1959) – *Les intellectuels et la Politique*. «Revue française de science politique», 9e année, n. 4, p. 860-880. Disponível em <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rfsp_00352950_1959_num_9_4_403029>. [Consulta realizada em 07/12/2012].
- ROSAS, Fernando, ROLLO, Maria Fernanda (2010) – *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China.
- SAMUEL, Paulo (1990) – *A Renascença Portuguesa: um perfil documental*. Porto: Fundação Eng.º António de Almeida.
- SEABRA, José Augusto (2003) – *Revistas e Movimentos Culturais no Primeiro Quarto do Século*. In CASTRO, Zília Osório de, coord. – *Revistas, Ideias e Doutrinas. Leituras do Pensamento Contemporâneo*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 19-41.
- SIRINELLI, Jean-François Sirinelli (1998) – *Les Quatre Saisons de Clercs*. «Vingtième Siècle. Revue d'Histoire», n.º 60, 43-57. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rfsp_00352950_1959_num_9_4_403029>. [Consulta realizada em 13/12/2012].
- TORGAL, Luís Reis (1998) – *Sob o signo da «reconstrução nacional»*. In TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando, coord. – *História da História em Portugal (sécs. XIX-XX)*. [S. l.]: Temas e Debates, vol. I, p. 249-253.
- (2010) – *A República como “Ética” e como “regime”. O caso de António José de Almeida*. In TORGAL, Luís Reis et al. – *Onde a Monarquia acaba e a República começa*. Ericeira: Mar de Letras Editora, 1910, p. 11-44.
- WINOCK, Michel (1996) – *Dreyfus (affaire)*. In JULLIARD, Jacques; WINOCK, Michel, coord. – *Dictionnaire des intellectuels français*. Paris: Éditions du Seuil, p. 371-374.
- WOOLF, Virgínia (1985) – *O Sr. Bennett e a Sra. Brown*. In FLORA, Luísa M. Rodrigues, org. e trad. – *Momento Total*. Lisboa: Ulmeiro.